

MODERNIDADE E EDUCAÇÃO EM SERGIPE NO INÍCIO DO SÉCULO XX: A IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES

Crislane Barbosa de Azevedo¹

RESUMO: *Busca-se analisar o processo de difusão, estabelecimento e funcionamento dos Grupos Escolares no Estado de Sergipe, no início do século XX. Ao estudar o processo de nascimento dos Grupos em Sergipe, busca-se oportunidade de investigar a difusão do modelo pelo Estado e perceber em que medida o interior acompanhou esse novo modelo de cultura escolar e em que aspecto se diferenciava do da capital. Neste intuito, será feita pesquisa bibliográfica e documental. A análise será feita a partir da perspectiva da História Cultural. Durante a Primeira República, Sergipe assistiu à implantação de quatorze Grupos Escolares, dos quais seis na capital: “Modelo”, “General Siqueira”, “Barão de Maroim”, “General Valladão”, “Manoel Luiz”, “José Augusto Ferraz”, (Aracaju); “Coelho e Campos”, (Capela); “Gumersindo Bessa”, (Estância); “Olímpio Campos”, (Neópolis); “Vigário Barroso”, (São Cristóvão); “Sílvio Romero”, (Lagarto); “Fausto Cardoso”, (Simão Dias); “Severiano Cardoso”, (Boquim); “Coronel João Fernandes”, (Propriá). Os objetivos com que foram criados os Grupos Escolares foram atendidos em parte. Se considerarmos o número elevado das matrículas, podemos dizer que houve uma difusão do ensino. Da mesma forma que, ao levarmos em conta a maior fiscalização exercida por parte da Diretoria da Instrução através de relatórios, livros e programas de ensino, podemos dizer que houve tentativas sérias de unificação do ensino. Apesar de haver diferenças no tratamento dado pelo Estado aos Grupos do interior, eles conseguiram elevar o padrão de ensino existente até então nos municípios onde foram implantados, conjuntamente com a difusão de uma nova cultura escolar do ensino primário.*

Palavras-chave: Grupo escolar; Sergipe; República.

Recentes estudos mostram a existência de preocupação com a educação no Brasil, desde o período do Império. São exemplos Faria Filho (2000), Schueler (1999), Boto (1999) e Beisiegel (1974), este último citado em Boto (1999). Porém é com a implantação da República que os debates em torno das questões educacionais vão ser intensificados. O resultado dessas discussões será evidenciado na legislação do período em que a escola primária ganhará maior destaque, “mais que um direito do cidadão, a escola primária foi concebida como uma necessidade e, sobretudo, como um dever de cada homem do povo” (SOUZA: 2000, 104-121).

No projeto político e social republicano, a missão de formar o cidadão capaz de legitimar o Regime e regenerar a nação será atribuída à educação popular. Conforme Carvalho, “a escola no imaginário republicano foi signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o Progresso” (CARVALHO: 1989, 7). Além disso, atribui-se à educação “um papel fundamental, dada a sua capacidade de disciplinar os indivíduos, pela introjeção de hábitos e pela vigilância sobre as suas condutas”. (ROCHA: 2000, 55-73).

¹ Licenciada e bacharel em História pela Universidade Federal de Sergipe - UFS e Mestranda em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

A escola republicana, apta a abrigar novos materiais didáticos, a proporcionar a coordenação e o controle dos profissionais do ensino e a atender aos novos objetivos estabelecidos, será consubstanciada nos Grupos Escolares. Estes, projetados para terem uma organização administrativa e pedagógica complexa, concebida nos princípios da racionalidade científica e na divisão do trabalho, viriam a se tornar símbolo dos valores republicanos, sendo preciso torná-los evidentes, exibi-los, solenizá-los (SOUZA: 1998,16).

A produção historiográfica sobre educação no Brasil vem ampliando, nos últimos anos, à quantidade de estudos sobre os Grupos Escolares no que concerne ao seu surgimento e a organização inicial. Entre os trabalhos, destacamos os de Faria Filho (1997), Moreira & Araújo (1997), Souza (1998) e Pinheiro (2002), os quais analisam o processo de instalação e funcionamento dos grupos escolares nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Norte, São Paulo e Paraíba, respectivamente.

Este trabalho objetiva analisar o estabelecimento dos Grupos Escolares e o seu funcionamento em Sergipe, no início do regime republicano. Para tanto, além do levantamento e análise de fontes historiográficas, utilizará documentos como: Programas para o ensino primário nos Grupos, mensagens presidenciais (1911-1930), artigos de jornal, documentos das próprias instituições de ensino e a legislação pertinente. O estudo do tema justifica-se pela contribuição ao estudo da história da educação sergipana, uma vez que os Grupos Escolares foram instituições projetadas com a finalidade de construir o povo e regenerar a nação.

Ao estudar o processo de nascimento dos Grupos Escolares em Sergipe, através dos testemunhos existentes, busca-se a oportunidade de investigar a difusão do modelo pelo Estado e perceber em que medida o interior acompanhou esse novo modelo de cultura escolar (no caso de Aracaju, seguiu o modelo paulista) e em que medida ele se diferenciava do da capital.

Além disso, o fato de apenas algumas dessas instituições terem sido objeto de estudos, principalmente no que se refere à sua gênese e por constituírem-se os Grupos em uma nova modalidade de educação escolar, marcando o início de um novo tratamento para o ensino primário de Sergipe, reclamam, para as escolas primárias graduadas do Estado, um lugar no estudo da educação no início do século XX, o qual pode também representar uma oportunidade para verificar a posição assumida pelo poder público no que se refere à instrução em Sergipe.

Uma outra questão que merece destaque é a relacionada à existência das fontes. Os arquivos das instituições de Aracaju, com exceção do Grupo Escolar Manoel Luiz, não trazem mais nada que lembre os idos da Primeira República. Este estudo busca recuperar as fontes ainda existentes sobre essas instituições. Há uma descontinuidade temporal dos testemunhos justamente em decorrência da perda de parte do documentário. Justifica-se, logo, o esforço da pesquisa para reverter a lacuna na memória educacional de Sergipe. Trata-se de resgatar o pensamento de uma época, contribuindo na construção da sociedade. Necessário faz-se a busca dos documentos nos próprios acervos dos ex-grupos do interior do Estado.

Os Grupos Escolares foram implantados com o intuito de elevar a qualidade do ensino ministrado no Estado sergipano, atendendo aos preceitos estabelecidos pela pedagogia moderna pautada na racionalidade científica. São resultado de grandes mudanças nas escolas, pois têm como propósitos, dentre outras coisas, levar para o maior número de crianças o ensino e unificá-lo para que todos tivessem contato com as mesmas atividades, conteúdos, materiais didáticos, procedimentos metodológicos, logo as mesmas oportunidades.

Os primeiros Grupos Escolares foram implantados no Estado de São Paulo e datam do final do século XIX, momento em que os políticos e educadores passaram a advogar a necessidade de espaços edificadas expressamente para o serviço escolar, constituindo-se essas instituições de ensino em escolas primárias graduadas, inaugurando uma nova cultura escolar,

diferente daquela existente junto às escolas isoladas onde a cultura escolar misturava-se com a cultura do lar, uma vez que a instrução era ministrada na casa dos pais dos alunos ou na residência dos professores.

Os Grupos Escolares, conforme Klinke, consistiam no “Fruto de um processo de profundas e radicais transformações nas escolas, resultado no Brasil de uma consciência educativa inovadora” (KLINKE: 2001). E Oliveira (2001) chama a atenção para o papel dessas instituições que permitiram a reorganização do ensino seriado e a reunião de crianças e professores no mesmo prédio e sob a única administração.

A implantação dos Grupos Escolares em Sergipe data de 1911, e foi a capital a pioneira na implantação dessas instituições. Aracaju foi o lugar das mais numerosas realizações no campo educacional no Sergipe republicano, concentrado as mais importantes escolas públicas e as melhores escolas particulares, que se transferiram de cidades do interior para a capital, na segunda década da República. Nesse momento, o presidente do Estado, José Rodrigues da Costa Dória, lamentava a situação da instrução pública de Sergipe (SERGIPE. *Mensagem ...* 07/09/1911, p. 51), resolvendo, frente a essa situação, empreender uma Reforma da Instrução Pública.²

Com esta Reforma, Dória afirma ter atendido, tanto quanto possível, ao que de mais moderno e proveitoso se tinha adotado em relação à educação, sempre observando a modéstia dos recursos do Estado. A pedagogia moderna representava aquilo que o presidente de Sergipe chamava de mais moderno e proveitoso em relação à educação, “tal pedagogia permitiu definitivamente fazer da infância um objeto da política, o que garantiu à educação um lugar de destaque nas políticas governamentais” (PAULA: 1994, 145).

Os Grupos Escolares passam, então, a partir de 1911, a fazer parte do cenário urbano da capital sergipana, cenário problemático, conforme Mendonça, o qual, ainda na década de 1950, afirmava que a existência de áreas vazias, terrenos baldios intercalados entre os bairros mais importantes, os quais “são verdadeiros entraves ao progresso da cidade, além de representarem um capital morto, sem nenhum valor social”. (MENDONÇA: 1958, 23). Os dois Grupos Escolares de Sergipe localizados em Aracaju foram: Grupo Escolar ‘Modelo’ e Grupo Escolar Central”.

O Grupo Escolar Modelo, ligado à Escola Normal, possuía regulamentação própria e destinava-se à prática educativa. Nele os professores aprenderiam a trabalhar com o uso de novos materiais didáticos e com base no método de ensino intuitivo, “os processos intuitivos, que estariam em constante aperfeiçoamento na Alemanha, na Suíça, e nos Estados Unidos, eram a base do ensino moderno.” (CARVALHO: 1989, 28).

O Grupo Escolar Central, inaugurado em 1914, passou a se chamar Grupo Escolar “General Siqueira” por sugestão do diretor da Instrução, Helvécio de Andrade. O novo prédio, elegante e confortável, segundo o *Correio de Aracaju* (1914, n. 1124, p.1), começou a funcionar no dia seguinte à sua inauguração.

Em 1918, afirmando não ter poupado esforços para o desenvolvimento na instrução pública, o presidente Oliveira Valladão, apresenta algumas realizações, dentre as quais a construção de Grupos Escolares no Estado, dos quais dois na capital sergipana: Grupo Escolar Barão de Maroim³ e Grupo Escolar General Valladão⁴.

Naquele ano, a capital passou a contar com quatro Grupos Escolares. A manutenção dessas instituições cabia ao Estado, mas elas também contavam com ajuda proporcionada pelas

² Decreto 563, de 08/1911.

³ Decreto 653, de 03/07/1917.

⁴ Decreto 675, de 26/08/1918.

Caixas Escolares, que, no entanto, após um certo período de funcionamento, entravam em decadência (SERGIPE. *Mensagem ...* 07/09/1923, p. 07) As caixas escolares eram mantidas pelo pagamento de uma taxa (simbólica) por sócios contribuintes, consistindo em “instituições civis destinadas a amparar e proteger a infância pobre, a quem minguem recursos para a aquisição de livros e utensílios necessários ao ensino” (SERGIPE. *Mensagem ...* 07/09/1920, p. 26)

Nas mensagens presidenciais, são muitos e freqüentes os elogios aos Grupos Escolares, o que os distancia em relação aos outros setores da instrução pública no Estado. A unanimidade dos governantes neste sentido chama a atenção. Afirmam que, em seus prédios, são garantidas as medidas necessárias para assegurar as condições adequadas de higiene e o uso de uma nova pedagogia, para a qual contam com os melhores materiais e mobiliário escolar e, principalmente, com os melhores professores. Pereira Lobo, em 1920, considerava:

como excelente typo escolar, os Grupos vão satisfazendo plenamente as exigencias do nosso ensino. Em bellos e confortaveis edificios, em que são asseguradas as condições hygienicas de par com os preceitos pedagogicos, elles dão um testemunho muito honroso da segura orientação das administrações, neste particular. A começar pelo Grupo Modelo, com especial função, segundo o critério regulamentar estabelecido, até o Grupo Coelho e Campos na cidade da Capella, todos vão prestando relevantes serviços. (SERGIPE. *Mensagem ...* 07/09/1921, p. 18).

Apesar disso, após os primeiros, seriam ainda necessários cinco anos para que novos Grupos fossem implantados em Sergipe. Os primeiros foram os Grupos Escolares: “Gumercindo Bessa”, em Estância (1923); “Olímpio Campos”, em Neópolis (1923); “Vigário Barroso”, em São Cristóvão (1923) e “Sílvio Romero”, em Lagarto (1923). No ano seguinte, foram implantados os Grupos: “Manoel Luiz”, em Aracaju (1924); “Fausto Cardoso”, em Simão Dias (1924); “Severiano Cardoso”, em Boquim (1924) e “Coronel João Fernandes”, em Propriá (1924). No ano de 1925, foi implantado o Grupo Escolar José Augusto Ferraz, na capital sergipana, Aracaju. Esta demora na ereção de novos Grupos é atribuída à deficiência de recursos do Estado (SERGIPE. *Mensagem ...* 07/09/1921).

Porém, nos anos vinte, a melhoria das finanças estaduais foi aproveitada por um político que revelou preocupação com a educação, desde que atuou como parlamentar. Graccho Cardoso, ardoroso defensor da educação popular como instrumento de progresso e de formação para o trabalho, estabeleceu a Era dos Grupos Escolares ainda na Primeira República. Graccho atuou numa conjuntura econômica favorável, uma vez que a produtividade do Estado encontra a saída na retomada dos índices de exportação que haviam sofrido queda por volta de 1919. Desse momento propício, do ponto de vista econômico-financeiro, soube Graccho tirar proveito, segundo Nunes, no campo das realizações culturais, sobretudo as educacionais, que mais identificaram o traço progressista da sua administração (NUNES: 1984, 244; DANTAS: 1999, 49-50). O Presidente expandiu os Grupos Escolares para vários municípios o que significou levar, para um maior número de crianças, um ensino seriado e planejado com base numa nova pedagogia e com professores mais bem formados.

O ensino nos Grupos Escolares era feito em quatro anos que correspondiam às quatro classes. Estas, por sua vez, eram divididas em duas seções pelo menos, conforme o adiantamento dos alunos, por exemplo, “na 1ª secção do 1º anno os analphabetos ou com taes considerados, na 2ª os que tiverem principio de leitura, etc.” (SERGIPE. *Programma...*, 1915, p. 3).

No que se refere aos conteúdos a serem ministrados, nota-se uma maior concentração nas duas primeiras séries, sendo o 3º e o 4º anos compostos, na maioria das vezes, por revisões,

recapitulações dos anos anteriores. Uma melhor distribuição dos conteúdos talvez contribuisse para melhorar os índices de aprovação nos Grupos Escolares, os quais eram baixos nas séries iniciais, bem como a relação entre matrícula e frequência, bastante dissociadas, o que indica significativas taxas de evasão. A concentração dos conteúdos nas séries iniciais pode certamente ter agravado o índice de alunos daquelas instituições.

Nos Programas para o ensino, não havia apenas disciplinas e conteúdos a serem ministrados nos Grupos Escolares, mas também observações para os professores quanto à forma de dar e tomar as lições. Estas se pautavam em um método objetivo, o chamado método intuitivo, introduzido em Sergipe em 1911⁵.

Segundo esse método, o ensino da leitura, por exemplo, através da *Cartilha Analytica*, deveria partir do que a criança conhecia: mão, chapéu, cabeça, “e assim muitos, exemplos tirados da *Cartilha* ou outros apropriados, de objectos bem conhecidos dos alumnos” (SERGIPE. *Programma...*, 1915, p. 5). Por isso, “nenhuma lição de coisas ou de leitura elementar será dada senão sobre objecto muito conhecido dos alumnos e que o professor possa mostrar em natureza ou pintura” (SERGIPE. *Programma...*, 1916, p. 4). Por outro lado, a fase preparatória do ensino de desenho deveria ser feita “sem pressa” (SERGIPE. *Programma...*, 1915, p. 13), o que demonstra um respeito ao ritmo individual do aluno. O professor não ditaria mais todas as regras das atividades escolares. Teria ele, a partir de então, o papel de orientador da construção do conhecimento pela criança.

Porém muitas são as considerações em relação aos problemas de aplicação do método nos Grupos Escolares em Sergipe. O Presidente Pereira Lobo afirma, em 1919, que ele não é observado com o rigor devido, pela razão muito poderosa de que o “methodo intuitivo ora posto em pratica foi lançado sem propaganda e sem um chamamento regular de professoras a sua pratica e sua observância” (SERGIPE. *Mensagem...* 1919, 44).

Já Helvécio de Andrade, médico, educador e diretor da Instrução Pública, ao analisar a situação, reclama sobre a falta dos materiais didáticos necessários para a prática do método (ANDRADE: 1931, 17), introduzida em Sergipe em 1911 e que “quase perdeu o caráter de methodo geral, mesclado que se acha de praticas obsolétas” (ANDRADE: 1926, 2/3.).

Os professores são, por isso, mais requisitados e mais observados. Eles, conforme Vieira e Gonçalves Neto,

tornaram-se agentes potenciadores para a formação do cidadão republicano, e para tal deveriam referenciar as mudanças na construção de um novo perfil de sujeito educador, capaz de identificar e materializar a modernidade, por meio da profissionalização (VIEIRA & GONÇALVES NETO: 2003.).

O trabalho dos professores nos Grupos Escolares era orientado através dos Programas de ensino de maneira tão minuciosa que poderíamos, questionar se isso não teria levado a um prejuízo na liberdade do professor em sala de aula. Mas é verdade que nesse contexto está se buscando construir uma nova escola, a qual deveria formar o cidadão brasileiro e republicano; logo, os professores também estão em formação.

Ao observarmos, através dos Programas, os conteúdos e a forma como estes deveriam ser trabalhados, visualizamos a imagem que a República fez da escola, qual seja, a de que ela fosse objeto contribuinte para a construção da nacionalidade e da formação do cidadão republicano. Denunciam isso vários exemplos, no ensino da Música, da Ginástica, da História, dentre outras disciplinas. A Música estava presente em todas as classes do ensino primário em forma de hinos

⁵ Decreto n. 563 de 12 de agosto de 1911.

patrióticos e escolares⁶. Já a Ginástica, era praticada com o fim de provocar e desenvolver alegremente a agilidade e a força, educar os órgãos de locomoção. A disciplina Trabalhos Manuais visava desenvolver tudo o que fosse útil às futuras ocupações da vida comum. Em relação à História, pedia-se claramente que fossem trabalhados os “fatos mais importantes”, bem como a biografia dos homens mais célebres da localidade e o amor à Pátria. (SERGIPE. *Programma...*, 1912, p. 7-8).

No entanto, não é somente nos conteúdos de certas disciplinas que o ideário republicano de construção da nacionalidade e formação do cidadão aparece. Ele está presente na direção geral que o professor deve imprimir aos seus alunos. Por exemplo, o professor deveria observar se os alunos estavam com roupas e mãos limpas, cadernos arrumados, entre outras coisas, fazendo-lhes considerações, dando-lhes conselhos, [...] (SERGIPE. *Programma...*, 1917, p. 4). Lições orais versavam bastante sobre noções de ordem e asseio. Além disso, nos vários momentos de contato com os alunos, o professor deveria falar por exemplo sobre: Deus, Trabalho, Justiça, Pátria, Economia, Perseverança, Energia, Família e grandes Datas Nacionais (SERGIPE. *Programma...*, 1915, p. 25).

Quando os Grupos Escolares foram implantados em Sergipe, a instrução pública do Estado passava por inúmeras dificuldades. No cenário de escassez, de problemas diversos, com métodos atrasados e professores mal formados, os Grupos Escolares, tidos como instituições modelares, vão usufruir as melhores posições.

A escola primária graduada vai constituir-se no principal alvo das medidas governamentais no campo da instrução, sendo as instituições de educação pública mais bem dotadas, por exemplo, de material didático e de mobiliário escolar, com professores normalistas, atendendo aos princípios da higiene escolar e da educação física e moral. Assim, os Grupos Escolares vão proporcionar o ensino a um maior número de crianças e unificá-lo, para que todos tivessem acesso aos mesmos recursos e métodos de ensino.

Em estudo desenvolvido referente à implantação dos Grupos Escolares na capital sergipana, observei que estes mudaram a face do ensino primário em Aracaju, atingindo não somente as crianças, mas a sociedade aracajuana do início do século XX, que passava a identificar a escola como um lugar próprio, de atividades específicas, uma referência viva, diferente de antes, quando a escola se confundia com a casa do professor (AZEVEDO: 2003). Os Grupos em Aracaju representaram mudanças significativas no sistema educacional e, mesmo que não tivessem posto fim aos seculares problemas da área, significaram um momento novo e a esperança de universalização da escola desde os inícios do século XX. A partir disso, vejo como necessário um estudo aprofundado sobre o processo de difusão desses estabelecimentos por todo o Estado, para perceber até que ponto as cidades do interior acompanharam esse novo modelo de cultura escolar.

Compreender o processo de implantação e o funcionamento dos Grupos Escolares em todo o Estado na Primeira República é de grande importância, para recuperar uma parte da história da educação em Sergipe e entender o papel da escola, dos alunos e dos demais agentes escolares, bem como situar a responsabilidade e a competência das esferas públicas na construção da sociedade.

⁶ Como complemento ao Regimento Interno do ensino primário, foi elaborado, em 1913, um livro de hinos – Hymnario dos Grupos Escolares e Escolas Singulares do Estado de Sergipe – com hinos patrióticos e escolares para serem executados pelos alunos e professores nas suas atividades cotidianas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Helvécio de. Escola Sergipana. Aracaju: Typ. D'O Luctador, 1931, 16p.
- _____. A escola e a nacionalidade. Aracaju: Typ. D'O Luctador, abril/1931, 14p.
- _____. ANDRADE, Helvécio de. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Cyro de Azevedo, D. Presidente do Estado, em Novembro de 1926 – Instrução Publica: Necessidade de uma regulamentação definitiva dos ensinos primário e normal. Aracaju: Typ. Do Sergipe Jornal, 1926.
- _____. ANDRADE, Helvécio de. O Lar e a Escola (conferência). Aracaju: Casa Ávila, Janeiro/1931, 25p.
- AZEVEDO, Crislane Barbosa de. *Nos majestosos Templos de Sabedoria: a implantação dos Grupos Escolares em Aracaju*. São Cristóvão, 2003. 148p. Monografia (Graduação em História). DHI, CECH, UFS.
- BORGES, Vera Lúcia A. Projetos pedagógicos praticados na Escola estadual de Uberlândia – 1920-1960. In: *Congresso Brasileiro de História da Educação*, 1, 2001, Niterói. Anais ... Niterói, s.e., 2001.
- BOTO, Carlota. A escola primária como tema do debate político às vésperas da República. In: *Revista Brasileira de História*. v. 19, n. 38, São Paulo, 1999.
- CARVALHO, Marta Maria C. de. *A Escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é História; 127).
- DANTAS, José Ibarê C. *O Tenentismo em Sergipe*. 2 ed. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 1999.
- FARIA FILHO, Luciano M. de. Instrução Elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G.. In: *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 135-150. (Coleção Historial; 6).
- _____. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. In: *Revista da Faculdade de Educação*. V. 24, n. 1, São Paulo, Jan/Jun-1998, p. 141-159.
- KLINKE, Karina. A leitura nos Grupos Escolares de Minas Gerais – 1906 a 1927. In: *Congresso Brasileiro de História da Educação*, 1, 2001, Niterói. Anais ... Niterói, s.e., 2001.
- MENDONÇA, José Antônio Nunes. *A educação em Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina, 1958. 210p.
- MOREIRA, Keila C. & ARAÚJO, Marta M. de. Grupos escolares: uma nova forma de cultura escolar da modernidade (Natal, 1908-1913). In: STAMATTO, Maria Inês S. & ARAÚJO, Marta M. de (orgs.). In: *Encontro de pesquisa educacional do Nordeste: História da Educação*, 1. Anais ... Natal: EDUFRN, 1997, P.109-119.

NUNES, Maria Thétis. *História da educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do estado de Sergipe; Universidade Federal de Sergipe, 1984.

OLIVEIRA, Maria Cecília M. de. O Grupo Escolar Dezenove de Dezembro: História e Organização. In: *Congresso Brasileiro de História da Educação*, 1, 2001, Niterói. Anais ... Niterói, s.e., 2001.

PAULA, David F. de. A infância e o Mundo Moderno. In: *Pós-História: Revista de Pós-Graduação em História*. Assis, 1994, v. 2, p. 141-150.

PINHEIRO, Antonio C. F. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. Campinas: Autores Associados; São Paulo: USF, 2002. (Coleção educação contemporânea).

ROCHA, Heloisa Helena P. Prescrevendo regras de bem viver: cultura escolar e racionalidade científica. In: *Cadernos Cedes*. V. 20, n. 52, Campinas, Nov. 2000, p. 55-73.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. In: *Revista Brasileira de História*. Set. 1999, v. 19, n. 37, São Paulo, p. 59-84.

SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe (1820-1920)*. S.i., s.d., s.e., p. 93-97 e 150-165.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Prismas).

_____. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. In: *Cadernos Cedes*. V. 20, n. 52, Campinas, Nov. 2000, p. 104-121.

VIEIRA, Flávio C. F. e GONÇALVES NETO, Wenceslau. Legislação educacional e profissão docente em Uberabinha (1892-1930). In: *Simpósio Nacional de História*, 22. [CD/ROM]. João Pessoa: Anpuh/UFPB, 2003 (Anais eletrônicos).

Programas e Mensagens Presidenciais:

SERGIPE. Programa para o curso primário nos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Sergipe – 1912, 1915, 1916, 1917. Aracaju: Typ. de O Estado de Sergipe, 1915. 26p.

SERGIPE. *Mensagem apresentada á Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe pelo Presidente do Estado* – 1911; 1913; 1914; 1919 a 1923; 1925; 1927 a 1930. Aracaju, Imprensa Oficial.

Jornais

O Correio de Aracaju - 1911-1922 / 1926-1930
Diário da Manhã – 1911-1919

Legislação

Decreto 563, de 12/08/1911
Decreto 653, de 03/07/1917
Decreto 675, de 26/08/1918